

# **UMA FAUL DE CAUSAS**

COM AS PESSOAS,  
POR UM TERRITÓRIO  
COM FUTURO.

## **Moção Global de Orientação Política**

Primeira subscritora: **Carla Tavares**

**Carla Tavares 2026**

Candidata a Presidente da Federação  
da Área Urbana de Lisboa



## **Caras e Caros Camaradas,**

Há pouco mais de um ano e meio assumi, com enorme honra e sentido de responsabilidade, a liderança desta Federação. Fi-lo em nome de um projeto claro: uma FAUL de causas, próxima dos militantes, enraizada no território, capaz de fazer a diferença na vida das pessoas.

Hoje, recandidato-me com o mesmo espírito — e com a experiência acumulada deste primeiro mandato. Não venho propor uma rutura, mas uma continuidade exigente e comprometida. O trabalho feito é sólido. Os desafios que temos pela frente são maiores.

Vivemos um momento singular. No plano nacional, o PS está na oposição. No plano europeu, as transformações que marcam o nosso tempo — climáticas, digitais, demográficas, geopolíticas — exigem um partido renovado, capaz de propor respostas concretas às pessoas reais, nos seus territórios reais. Na nossa região, os problemas do dia-a-dia — a casa que não se consegue pagar, o autocarro que não chega a horas, a fatura da energia que pesa mais do que devia, o direito ao trabalho com dignidade — continuam a chamar por nós.

Estamos a pouco mais de 1000 dias das próximas eleições autárquicas. Cada um desses dias é uma oportunidade para reconstruir confiança, aproximar o PS das pessoas, preparar os nossos quadros e afinar o nosso programa. A contagem já começou.

Candidato-me com a mesma convicção do primeiro dia: uma FAUL forte é um PS mais forte, e um PS mais forte é um Portugal mais justo.

Com Amizade e Saudações Socialistas,



**Carla Tavares**

*Candidata a Presidente da FAUL*





## UMA NOVA AMBIÇÃO PARA A ÁREA URBANA DE LISBOA

Vivemos um tempo de profundas transformações económicas, sociais, tecnológicas e políticas. As grandes áreas metropolitanas assumem hoje um papel decisivo na construção do futuro dos países, concentrando população, emprego, inovação, conhecimento e diversidade cultural. É também nas áreas metropolitanas que se manifestam de forma mais intensa alguns dos principais desafios do nosso tempo: a crise da habitação, as desigualdades sociais, as dificuldades de mobilidade, a emergência climática e a crescente exigência de participação democrática.

A Área Metropolitana de Lisboa encontra-se no centro destas transformações. Enquanto principal motor económico nacional, principal centro científico e académico do país e território onde vive uma parte significativa da população portuguesa, a região tem uma responsabilidade acrescida na construção de soluções para os desafios coletivos que enfrentamos.

Mas o crescimento económico, por si só, não garante coesão social, qualidade de vida ou igualdade de oportunidades. A prosperidade apenas se torna verdadeiramente sustentável quando é acompanhada por políticas públicas capazes de reduzir desigualdades e assimetrias, promover a justiça social e garantir que ninguém fica para trás.

É neste contexto que o Partido Socialista deve afirmar uma visão ambiciosa para a Área Urbana de Lisboa. Uma visão que combine crescimento económico com coesão social, inovação com sustentabilidade ambiental, desenvolvimento urbano com qualidade de vida e competitividade internacional com proximidade democrática.

A Federação da Área Urbana de Lisboa tem uma responsabilidade particular neste processo. Pela sua dimensão política, pela sua implantação territorial e pelo papel que desempenha na articulação entre os municípios da região, a FAUL deve ser um espaço de reflexão estratégica, de construção programática e de mobilização política para os desafios metropolitanos.

Esta moção nasce dessa convicção. Não pretende apenas identificar problemas ou apresentar um conjunto de propostas setoriais. Pretende

contribuir para a construção de uma visão integrada para a Área Metropolitana de Lisboa, assente nos valores históricos do Partido Socialista: **liberdade, igualdade, solidariedade, justiça social, desenvolvimento sustentável e aprofundamento democrático.**

Acreditamos que é possível construir uma região mais justa, mais inclusiva, mais sustentável, mais inovadora e mais próxima dos cidadãos. Uma região onde o crescimento económico se traduza em melhores condições de vida, onde a habitação seja um direito efetivo, onde a mobilidade aproxime pessoas e oportunidades, onde a sustentabilidade ambiental seja uma prioridade e onde a democracia se fortaleça através da participação e da proximidade.

É essa ambição que colocamos ao serviço da FAUL e do Partido Socialista.

### O CONTEXTO SOCIOECONÓMICO

A Federação da Área Urbana de Lisboa do Partido Socialista agrega um território heterogéneo. Por um lado, constituída pela área de 9 municípios pertencentes à Área Metropolitana de Lisboa (AML), que agrega 18 municípios, 118 freguesias e cerca de 2,9 milhões de pessoas de ambas as margens do Tejo, por outro tem 11 municípios que fazem parte da sua ação política, juntando-se-lhe Arruda dos Vinhos e Azambuja, que, não pertencendo à AML, se encontram fortemente interconectados ao seu ecossistema socioeconómico.

A AML concentra cerca de 28% da população portuguesa, 30% das empresas, 32% do emprego e 37% dos estudantes do ensino superior, ocupando apenas 3,3% do território nacional.

A região metropolitana afirma-se como o principal motor económico de Portugal, gerando cerca de 37% do Produto Interno Bruto nacional. Em 2023, o PIB da AML atingiu aproximadamente 98,5 mil milhões de euros e o Valor Acrescentado Bruto ultrapassou os 85 mil milhões de euros. O comércio, as atividades imobiliárias, os serviços financeiros, as tecnologias da informação e comunicação e a administração pública destacam-se entre os setores com maior contributo para a riqueza produzida.

A AML concentra ainda cerca de 1,6 milhões de trabalhadores, correspondendo

a 31% do emprego nacional, apresentando níveis de produtividade superiores à média portuguesa.

A internacionalização constitui uma das principais características da economia lisboeta. O Aeroporto de Lisboa movimentou mais de 33 milhões de passageiros em 2023, enquanto o Porto de Lisboa registou mais de 10 milhões de toneladas de carga. No mesmo ano, a AML exportou mais de 21 mil milhões de euros e importou cerca de 49 mil milhões de euros, tendo Espanha, Alemanha e França como principais parceiros comerciais.

No domínio do capital humano, a AML ultrapassou os 3 milhões de habitantes. A região distingue-se pelo elevado nível de qualificação da sua população ativa: mais de 42% possuem ensino superior e cerca de 34% concluíram o ensino secundário. A taxa de atividade e de emprego apresenta valores superiores à média nacional, embora a taxa de desemprego jovem continue relativamente elevada.

A diversidade populacional é outra das marcas da região. Quase metade da população estrangeira residente em Portugal vive na AML, totalizando mais de 512 mil pessoas, das quais cerca de 162 mil residem na cidade de Lisboa. Os principais grupos de origem são cidadãos da União Europeia, do Brasil e dos países africanos de língua oficial portuguesa.

A região assume igualmente uma posição de destaque no ensino superior e na investigação. Só na cidade de Lisboa existem 65 estabelecimentos de ensino superior, onde estudam mais de 131 mil alunos, e concentra cerca de 36% dos diplomados da AML. O número de estudantes estrangeiros tem aumentado de forma consistente, ultrapassando os 30 mil na região metropolitana.

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) constitui hoje o principal centro económico, científico, académico e demográfico do país. Num território que representa apenas cerca de 3% da área nacional, vivem quase 2,9 milhões de pessoas, concentrando-se uma parte muito significativa do emprego, da inovação, da investigação científica e da atividade empresarial portuguesa.

A AML é simultaneamente uma região de oportunidades e um território onde ainda se perpetuam desigualdades. É nela que coexistem algumas das zonas mais qualificadas e dinâmicas do país com territórios marcados por pobreza persistente, precariedade habitacional, exclusão social e dificuldades de

acesso aos serviços públicos.

Nas últimas décadas, a região metropolitana afirmou-se como um espaço policêntrico, articulando municípios com identidades próprias, mas fortemente interdependentes. A mobilidade pendular, os desafios ambientais, o acesso à habitação, a pressão urbanística e as transformações económicas exigem hoje uma governação cada vez mais integrada.

A AML enfrenta simultaneamente vários desafios estruturais, designadamente: (1) crise de acesso à habitação; (2) aumento do custo de vida; (3) dificuldade na generalização do acesso a cuidados de saúde públicos; (4) pressão sobre os sistemas de mobilidade; (5) envelhecimento demográfico; (6) integração das comunidades migrantes; (7) emergência climática; (8) desigualdades territoriais; e (9) desgaste da confiança democrática.

Ao mesmo tempo, a região possui recursos extraordinários como universidades e centros de investigação, empresas inovadoras, capacidade exportadora, infraestruturas estratégicas, diversidade social e cultural e capacidade de atração internacional.

Em matéria de **saúde**, a região e a Área Metropolitana de Lisboa (AML) concentra cerca de 3 milhões de habitantes e constitui o principal polo de prestação de cuidados de saúde em Portugal, reunindo alguns dos maiores hospitais, centros de saúde, instituições de ensino superior e centros de investigação do país.

A região apresenta uma população cada vez mais diversificada, acolhendo cerca de metade da população estrangeira residente em Portugal, o que contribui para uma procura crescente e mais complexa dos serviços de saúde, o que aliada ao aumento da esperança média de vida faz pressionar a capacidade de resposta. Paralelamente, o elevado nível de qualificação da população e a forte presença de instituições académicas e científicas reforçam a capacidade de inovação e desenvolvimento do setor.

Apesar destes recursos, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) enfrenta importantes desafios na região.

Um dos principais problemas é a pressão sobre os cuidados de saúde primários, traduzida em dificuldades no acesso a médico de família, sobrecarga dos centros de saúde e desigualdades na resposta entre diferentes municípios.

A procura crescente de consultas, exames e cirurgias tem também contribuído para o aumento das listas de espera em várias especialidades hospitalares, enquanto as urgências continuam a registar elevados níveis de afluência, muitas vezes por situações que poderiam ser resolvidas nos cuidados de proximidade.

Outro desafio estrutural resulta do envelhecimento da população e do aumento das doenças crónicas, como diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares e demências. Esta realidade exige um reforço dos cuidados continuados, do acompanhamento domiciliário e da articulação entre os serviços de saúde e apoio social.

Simultaneamente, a saúde mental tem assumido uma importância crescente, impulsionada por fatores como o custo de vida, a pressão habitacional, a precariedade laboral e os impactos sociais da pandemia, gerando uma procura cada vez maior por consultas de psicologia e psiquiatria.

Por fim, a escassez e dificuldade de retenção de profissionais de saúde constitui um dos maiores desafios para a sustentabilidade do SNS em toda a região. A falta de médicos de família, enfermeiros e especialistas em áreas como obstetrícia, pediatria ou anestesiologia tem condicionado a capacidade de resposta dos serviços. A resposta do Governo da AD nesta área, com a “abertura” de urgências regionais, que mais não são do que fecho de urgências sem o conseqüente apetrechamento da urgência “de destino” de mais recursos com capacidade de responder ao aumento previsível de ocorrências, mais não é do que o agravar do problema sem qualquer acrescento de eficácia. O modelo das ULS – Unidades Locais de Saúde, com uma Direção Executiva, competente e capaz, como a que o Prof. Fernando Araújo pode protagonizar, com uma gestão mais integrada do SNS seria uma resposta que estava a fazer o seu caminho e a produzir os seus frutos. Com o Governo da AD, a resposta de saúde “andou para trás” e teremos de ser firmes no combate ao Governo neste setor.

Assim, embora a área urbana de Lisboa disponha da maior concentração nacional de infraestruturas e recursos na área da saúde, o futuro do setor dependerá da capacidade de melhorar o acesso aos cuidados, reduzir tempos de espera, responder ao envelhecimento da população e reforçar os recursos humanos disponíveis.

Já na **habitação**, esta constitui atualmente um dos maiores desafios da Área Urbana de Lisboa, sobretudo devido ao forte aumento dos preços de compra e arrendamento, que tem dificultado o acesso à habitação para uma parte significativa da população.

A região concentra uma elevada procura habitacional, impulsionada pelo crescimento demográfico, pela atração de população estrangeira, pelo turismo e pela concentração de emprego qualificado. Esta pressão tem contribuído para uma subida contínua dos preços, fazendo da Grande Lisboa a sub-região mais cara do país em termos de mercado habitacional.

Em 2024, o preço mediano da habitação na Grande Lisboa situava-se nos 2.939 €/m<sup>2</sup>, bastante acima da média nacional, tendo continuado a aumentar em 2025. No concelho de Lisboa, os valores ultrapassam frequentemente os 4.800 €/m<sup>2</sup> e, em algumas freguesias centrais, superam os 5.000 €/m<sup>2</sup>. O mercado de arrendamento enfrenta dificuldades semelhantes. Lisboa apresenta as rendas mais elevadas do país, com uma renda mediana dos novos contratos de cerca de 15,9 €/m<sup>2</sup>, seguida por Cascais e Oeiras.

Para muitos agregados familiares, especialmente jovens e famílias de rendimentos médios, o esforço financeiro necessário para arrendar ou comprar habitação ultrapassa os níveis considerados sustentáveis. Apesar do esforço recente por parte dos municípios para aumento da oferta, a procura continua muito superior à disponibilidade existente, mantendo a pressão sobre os preços.

A insuficiência da oferta habitacional face à procura, a lenta produção de nova habitação, a concentração de investimento imobiliário nas áreas mais valorizadas e o impacto do turismo e do alojamento local contribuem para a atual situação.

Perante estes desafios, as políticas públicas têm de se concentrar em reforçar a oferta de habitação acessível através de programas municipais e nacionais de apoio ao arrendamento, renda acessível e promoção de nova habitação pública.

Contudo, os principais desafios para a AML continuam a ser aumentar a oferta de habitação a preços comportáveis, reduzir as desigualdades territoriais no acesso à habitação, facilitar a emancipação dos jovens e garantir que o

crescimento económico e demográfico da região não agrave ainda mais as dificuldades de acesso à habitação para a população residente.

Em suma, o futuro de toda esta região dependerá da capacidade de transformar crescimento económico em desenvolvimento social e territorial equilibrado.

## **O CONTEXTO POLÍTICO**

As eleições legislativas de 2025 confirmaram uma nova fase do sistema político português, marcada por maior fragmentação partidária, crescimento das forças populistas e maior volatilidade eleitoral.

O desgaste acumulado da governação nacional, o agravamento das dificuldades económicas sentidas pelas famílias e a perceção de distanciamento entre instituições e cidadãos contribuíram para uma recomposição significativa do quadro político.

Na FAUL e na AML, apesar de o Partido Socialista manter ainda forte implantação autárquica, tornou-se evidente a necessidade de reforçar a proximidade com as populações, renovar prioridades políticas e apresentar respostas concretas para os principais problemas urbanos vividos e sentidos pelas populações.

Os mais recentes resultados eleitorais (legislativas e autárquicas de 2025) não tendo sido satisfatórios para o Partido Socialista, não deixam, ainda assim e apesar do contexto adverso, de mostrar a resiliência do PS e da confiança que o Partido merece no território, designadamente no seu papel em matéria de governação de proximidade, combate às desigualdades territoriais e fortalecimento da coesão social.

## **UM PARTIDO COM VALORES E UMA FAUL DE CAUSAS**

O Partido Socialista é o partido político do socialismo democrático e somos orgulhosamente herdeiros dos movimentos que, desde o século XIX, lutaram pela liberdade, pela justiça social, pelos direitos dos trabalhadores e pela

consolidação das democracias modernas. Defendemos hoje, como sempre, uma sociedade baseada nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade e dignidade humana, rejeitando tanto os regimes autoritários como qualquer forma de discriminação, exclusão social ou desigualdade excessiva ou injustificada.

Para nós, o progresso económico deve estar articulado com a proteção social, garantindo igualdade de oportunidades, direitos sociais efetivos e uma distribuição mais equilibrada da riqueza.

Estamos hoje, como sempre estivemos, comprometidos com a democracia pluralista, o Estado de direito, os direitos humanos e a integração europeia, considerando a União Europeia um espaço privilegiado de cooperação, desenvolvimento e promoção da paz.

Defendemos uma economia de mercado regulada pelo interesse público, combinando iniciativa privada com intervenção do Estado na promoção da coesão social, da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento económico. Valorizamos a educação, a ciência, a cultura, a participação cívica e a modernização do país numa visão orientada para uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária.

Por tudo isto, defendemos uma região mais coesa socialmente, mais sustentável ambientalmente, mais eficiente e acessível na mobilidade, mais justa no acesso à habitação, mais inovadora economicamente, mais próxima democraticamente e com maior articulação entre os agentes institucionais.

Esta área urbana deve afirmar-se como uma região de oportunidades para todos, combatendo as desigualdades territoriais e promovendo um modelo de desenvolvimento equilibrado entre crescimento económico, sustentabilidade ambiental e justiça social.

A resposta aos desafios metropolitanos exige uma maior articulação entre municípios, o reforço das competências metropolitanas, políticas públicas integradas, cooperação institucional entre municípios, área metropolitana e poder central e participação cidadã. O futuro da região não se constrói município a município, mas através de uma visão metropolitana partilhada.

## UMA FAUL DE CAUSAS – PRÓXIMA, ABERTA, MOBILIZADA

Uma das Causas a “abraçar” na Federação da Área Urbana de Lisboa, é olhar para a sua organização interna e para a relação desta, com os militantes, simpatizantes e autarcas.

### O militante no centro

A legitimidade do PS reside nos seus militantes. É com eles — desde as secções sectoriais e temáticas às concelhias, da Juventude Socialista às Mulheres Socialistas — que se constrói um partido vivo e capaz de fazer a diferença. Neste mandato, a FAUL compromete-se a descentralizar a ação política, através de iniciativas regulares em todas as concelhias e secções, levando o debate aos territórios em vez de esperar que os territórios venham ao debate; a criar ciclos de formação para militantes e autarcas, com foco nas políticas públicas locais, nos fundos europeus, na gestão autárquica e nos desafios contemporâneos — clima, digital, coesão social; a abrir momentos de participação alargada a simpatizantes, associações de moradores, movimentos cívicos e comunidades migrantes, reforçando o papel da FAUL como plataforma de construção coletiva de ideias; a reforçar o papel das Mulheres Socialistas e da JS-FAUL com protocolos claros e recursos próprios, garantindo a renovação de lideranças e a representatividade interna; e a valorizar as secções sectoriais e temáticas, especialmente nas áreas da habitação, mobilidade, ambiente, trabalho e saúde, como espaços de produção política qualificada.

### 1 - Militância: o nosso maior ativo.

Colocar a FAUL como maior Federação do Partido Socialista implica o desenvolvimento dum política de complementaridade entre a reaproximação aos atuais militantes e capacidade de atrair novos militantes, proporcionando a nível federativo / concelhio a figura do Secretário Federativo / Concelhio para o Militante.

### **Medidas de Reaproximação**

- ✍ *Em colaboração com a JS / FAUL e MS-ID/FAUL, promover um Programa de Ocupação de Jovens que promovam contato telefónico com todos os Militantes Ativos que não disponham de e-mail ou facilidade de manuseamento de meios digitais, por forma a atualizar ficheiros e garantir comunicação regular com os mesmos.*
- ✍ *Através dos funcionários da Sede da FAUL, garantir contato com Militantes cujo pagamento de quotas não está regularizado, sensibilizando para o efeito.*
- ✍ *Através das estruturas Concelhias, garantir contato com Militantes que se encontram no limiar de verem a sua militância caducar, sensibilizando para o efeito.*
- ✍ *Promoção de Sessões de Homenagem aos 10 Militantes mais antigos de cada Concelhia / Secção, valorizando a fidelidade e longevidade da ligação ao Partido Socialista.*

### **Medidas de Captação de Novos Militantes**

- ✍ *Durante o mandato 2026-2028, cada uma das 11 estruturas concelhias deverá desenvolver campanhas com métricas percentuais a definir pelo Secretariado Federativo, face aos números de habitantes / eleitores do seu território.*
- ✍ *Em articulação com a Juventude Socialista / FAUL, desenvolver ações tendentes à sensibilização de Militantes da JS para inscrição como Militantes do PS.*
- ✍ *Promoção de ações de sensibilização pelas Secções Setoriais Temáticas para inscrição de novos Militantes.*
- ✍ *Autarcas Independentes: as listas do Partido Socialista apresentam percentagens significativas (variando de concelhia para concelhia) de cidadãos que têm a predisposição de integrar projetos com a “nossa marca” (é certo que, por ligação à comunidade e a outros candidatos), pelo que, potenciar a sua aproximação ao Partido, através da militância, deverá ser um passo natural.*

- ✍ *Campanha de Comunicação Digital para atrair novos Militantes.*
- ✍ *Campanha de Comunicação convencional (Info-Mail) para atrair novos Militantes*
- ✍ *Certames / Eventos em que as Concelhias / Secções estejam representados com Stand, desenvolver o ‘balcão do Militante’.*
- ✍ *Criação de kit de boas-vindas aos novos Militantes.*
- ✍ *Promoção de sessões de acolhimento aos novos Militantes, por Concelhia.*

## **2 - Organizar para Comunicar, Aproximar e Crescer!**

Os militantes têm de sentir que fazem parte do dia a dia da FAUL e que as suas opiniões contam. O exercício da militância tem obrigatoriamente de ser construído com base numa relação sólida de contato permanente e regular de partilha de informação pela FAUL e auscultação que estimule a Confiança e a Participação, proporcionando a nível federativo / concelhio a figura do Secretário Federativo / Concelhio para a Comunicação.

- ✍ *Ao nível interno, promover a cooperação e definir a interoperabilidade das estruturas FAUL vs JS vs MS-ID, por forma a maximizar recursos, contatos e cooperação.*
- ✍ *Promoção de levantamento exaustivo de redes sociais e outras ferramentas existentes e posterior definição de plano / estrutura de comunicação Secções / Concelhias / JS / MS-ID / FAUL.*
- ✍ *Comunicar com Sentido! Concluídas as duas tarefas acima, segmentar a informação sob o ponto de vista temático por forma a que o Militante receba o que verdadeiramente lhe interessa, estimulando a sua participação e interação com as estruturas.*
- ✍ *Comunicar com Sentido! Dirigentes e Militantes têm de ter ferramentas à sua disposição que lhes permitam estar capacitados e replicar, em tempo, as narrativas do Partido Socialista, sob dois prismas: apresentação e explicação das medidas por si propostas no plano local e nacional e capacidade de ‘desmontagem’ e rebate das medidas propostas pelos Governos locais / nacionais.*

✍ *Promoção articulada de ações / sessões on-line e presenciais temáticas que garantam encontros de discussão / partilha de informação, ideias, sugestões, contributos, críticas. Envolver os Militantes é garantir a sua participação efetiva nos processos de auscultação e decisão.*

✍ *Desenvolvimento de programa de abertura através da promoção de visitas temáticas locais e regionais, concluindo com Encontros, envolvendo atores locais e simpatizantes que, tendencialmente, evoluam para Militantes e sejam porta-vozes da mensagem do Partido Socialista.*

### **3 - Cooperar para Crescer.**

A cooperação entre estruturas partidárias da FAUL (JS, MS-ID e secções Temáticas e Sectoriais) de âmbito supraterritorial / regional, como fator catalisador de referenciação e de aproveitamento / reforço de sinergias.

✍ *Promover a articulação entre Autarcas, Deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, bem como de dirigentes nacionais da área da FAUL deve ser garantida numa forma sistematizada que garanta uma cooperação real e efetiva entre atores dos diversos domínios da ação política.*

✍ *Reforçar a cooperação inter-federações, com contiguidade territorial, como ferramentas de aprofundamento do conhecimento e do desenvolvimento de políticas, ações e medidas que reforcem a coesão social e territorial, tendo como pano de fundo o estabelecimento de uma plataforma de acompanhamento permanente ao desenvolvimento do projeto do Novo Aeroporto Internacional de Lisboa.*

✍ *Afirmar a FAUL como Federação catalisadora da área da CCDRLVT, com o desenvolvimento de encontros das estruturas políticas dessa área territorial tão extensa.*

### **4 - Melhorar a Organização Interna para crescer externamente!**

O desenvolvimento desta estratégia pressupõe a necessidade de se fazerem operar algumas alterações na estrutura interna de funcionamento da Federação, dotando-a de mais competências técnicas, funcionais e de

capacidade de organização.

### **Uma candidatura de unidade**

Esta moção é apresentada com um espírito de unidade federativa. A diversidade de sensibilidades dentro do PS é uma riqueza — desde que seja gerida com respeito, diálogo e um compromisso partilhado com o serviço às populações. A coesão interna é o instrumento que nos permite ser mais eficazes no território e mais credíveis perante os cidadãos.

### **1000 dias para as autárquicas — a contagem começou**

Estamos a aproximadamente 1000 dias das próximas eleições autárquicas. Este número deve ser um motor de mobilização — para as concelhias, para os autarcas, para os militantes e para todos os que querem ver o PS à frente das câmaras e juntas de freguesia dos nossos concelhos. Nos próximos meses, lançaremos uma Convenção Autárquica da FAUL, que reunirá autarcas, quadros e militantes para debater propostas, projetos e programas para cada território. A preparação eleitoral começa agora.

Os próximos anos trazem um ciclo eleitoral exigente: Europeias Autárquicas Legislativas Presidenciais. Cada uma destas eleições começa a ganhar-se agora — na qualidade do nosso trabalho de base, na coerência das nossas propostas, na capacidade de mobilizar quem ainda não está convencido.

## **EIXO 1 — HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE**

### **O desafio da habitação**

A habitação constitui atualmente um dos maiores desafios sociais, económicos e territoriais da Área Metropolitana de Lisboa. O aumento continuado dos preços de compra e arrendamento, a insuficiência da oferta habitacional acessível e a crescente pressão sobre o mercado imobiliário têm vindo a dificultar o acesso à habitação para milhares de famílias, jovens e trabalhadores essenciais.

A região vive um paradoxo particularmente preocupante: sendo o principal

motor económico do país e concentrando uma parte significativa da criação de riqueza e do emprego qualificado, enfrenta simultaneamente enormes dificuldades em garantir condições de residência compatíveis com os rendimentos da sua população. Para muitos cidadãos, viver próximo do local de trabalho tornou-se uma realidade cada vez mais difícil, contribuindo para fenómenos de afastamento residencial, aumento das deslocações pendulares e agravamento das desigualdades territoriais.

O Partido Socialista deve afirmar de forma clara que **a habitação não pode ser encarada exclusivamente como um ativo financeiro**. A habitação é um **direito fundamental**, um fator de estabilidade das famílias e um instrumento essencial de coesão social e territorial. A resposta a esta crise exige políticas públicas robustas, articuladas entre os municípios, a Área Metropolitana de Lisboa e a Administração Central.

### **Prioridades Estratégicas**

A primeira prioridade consiste no **reforço significativo da oferta habitacional pública e acessível**. É necessário **acelerar a execução dos programas de habitação pública** em curso, **promover a construção de novos empreendimentos a custos controlados** e **reforçar os mecanismos de arrendamento acessível destinados à classe média e aos jovens**. A diversificação dos modelos de acesso à habitação, incluindo soluções cooperativas e comunitárias, deve igualmente ser estimulada enquanto instrumento de inovação social e de promoção da estabilidade residencial.

Paralelamente, importa desenvolver uma **estratégia metropolitana de recuperação do património** devoluto. Existem edifícios públicos e privados atualmente sem utilização que podem desempenhar um papel importante no aumento da oferta habitacional. A sua identificação, reabilitação e reconversão devem constituir uma prioridade, contribuindo simultaneamente para a regeneração urbana, a valorização dos centros urbanos e a redução da pressão sobre novas áreas de expansão.

A emancipação dos jovens e a fixação de profissionais essenciais exigem igualmente respostas específicas. O acesso à primeira habitação deve ser apoiado através de instrumentos que facilitem o arrendamento e a aquisição

de casa própria, criando condições para que os jovens possam construir os seus projetos de vida na região. Da mesma forma, importa desenvolver mecanismos que permitam atrair e fixar profissionais indispensáveis ao funcionamento dos serviços públicos, designadamente nas áreas da saúde, educação, segurança e proteção civil.

Por último, a dimensão metropolitana da crise habitacional exige uma **melhor coordenação institucional**. A criação de instrumentos comuns de monitorização das necessidades habitacionais, a harmonização de critérios de acesso aos programas públicos e o reforço da cooperação entre municípios permitirão uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis e uma resposta mais equilibrada às necessidades das populações.

## EIXO 2 — MOBILIDADE METROPOLITANA

### Uma região dependente da mobilidade

A mobilidade constitui um dos principais desafios para as pessoas de toda a região e influencia diretamente a qualidade de vida, a competitividade económica, a sustentabilidade ambiental e a coesão territorial da região.

Milhares de pessoas realizam diariamente deslocações longas entre os locais de residência, trabalho, estudo e acesso a serviços públicos, enfrentando frequentemente congestionamentos, tempos excessivos de viagem e insuficiências na oferta de transporte coletivo.

A forma como a região responde aos seus desafios de mobilidade terá impacto direto na capacidade de reduzir desigualdades, promover a inclusão social e cumprir os objetivos de transição climática. Por essa razão, é indispensável consolidar uma visão verdadeiramente metropolitana, capaz de ultrapassar fronteiras administrativas e de colocar os cidadãos no centro das políticas públicas.

### Prioridades Estratégicas

O reforço do transporte público deve constituir a principal prioridade para

a próxima década. A **consolidação da Carris Metropolitana** representa um avanço significativo na construção de uma **rede integrada de mobilidade**, mas importa continuar a **melhorar a sua cobertura territorial**, a **frequência dos serviços** e a **qualidade da resposta** prestada aos utilizadores. Simultaneamente, é fundamental **reforçar a oferta ferroviária**, modernizar infraestruturas e aumentar a capacidade das principais linhas suburbanas que servem a região.

A mobilidade metropolitana exige igualmente uma forte **aposta na intermodalidade**. Os diferentes modos de transporte devem funcionar de forma articulada, garantindo transições simples, rápidas e acessíveis entre autocarro, comboio, metro e transporte fluvial. A integração operacional e tarifária deve continuar a ser aprofundada, permitindo que os cidadãos utilizem toda a rede metropolitana como um sistema único.

Importa ainda desenvolver corredores estruturantes de transporte coletivo que permitam reduzir os tempos de deslocação e aumentar a atratividade do transporte público. O alargamento dos corredores BUS, a implementação de soluções de transporte coletivo em sítio próprio e a melhoria das interfaces de ligação entre diferentes modos de transporte constituem instrumentos fundamentais para aumentar a eficiência da rede.

A promoção da mobilidade sustentável deve assumir um papel central na estratégia metropolitana. A criação de uma rede ciclável contínua e segura, o desenvolvimento de parques dissuasores junto às estações ferroviárias e interfaces de transporte e o incentivo aos modos suaves de deslocação contribuirão para reduzir a dependência do automóvel e para melhorar a qualidade ambiental da região.

Finalmente, uma política de mobilidade verdadeiramente inclusiva deve combater as desigualdades territoriais que persistem em vários municípios periféricos. **O acesso ao transporte público não pode depender do local onde se reside**. É necessário reforçar a oferta nas zonas de menor densidade populacional, melhorar as ligações entre áreas residenciais e polos de emprego e garantir que todos os cidadãos beneficiam de oportunidades de mobilidade equivalentes em toda a região metropolitana.

## EIXO 3 – SAÚDE E COESÃO SOCIAL

### Um território marcado por desigualdades

Apesar de concentrar alguns dos mais importantes equipamentos de saúde, instituições académicas e centros de investigação do país, a Área Metropolitana de Lisboa continua a enfrentar profundas desigualdades sociais e territoriais. O acesso aos cuidados de saúde não é uniforme, persistem dificuldades na atribuição de médico de família e mantêm-se diferenças significativas entre territórios na disponibilidade de respostas sociais e de proximidade.

A evolução demográfica da região, marcada simultaneamente pelo envelhecimento da população e pelo crescimento da diversidade cultural resultante dos fluxos migratórios, coloca novos desafios às políticas públicas. A coesão social dependerá cada vez mais da capacidade de construir respostas inclusivas, acessíveis e territorialmente equilibradas.

### Prioridades Estratégicas

O reforço dos cuidados de saúde primários deve constituir uma prioridade central. **A proximidade continua a ser a forma mais eficaz de garantir acesso atempado aos cuidados de saúde e de reduzir a pressão sobre os serviços hospitalares.** Importa, por isso, prosseguir o investimento na construção e requalificação de unidades de saúde, reforçar os recursos humanos disponíveis e aprofundar a articulação entre os municípios e o Serviço Nacional de Saúde.

**A saúde mental deve assumir um lugar cada vez mais relevante na agenda pública.** Os impactos da precariedade laboral, da pressão habitacional, do isolamento social e das transformações aceleradas da sociedade exigem respostas mais robustas e abrangentes. É necessário reforçar os serviços especializados, criar redes de apoio psicossocial de proximidade e desenvolver programas específicos dirigidos aos jovens, população particularmente exposta a problemas de saúde mental.

O envelhecimento da população representa igualmente um dos maiores desafios das próximas décadas. A construção de cidades mais inclusivas para

os idosos, o reforço dos serviços domiciliários e a promoção da autonomia devem orientar a ação pública. O objetivo deve ser garantir que o aumento da esperança média de vida seja acompanhado por melhores condições de saúde, bem-estar e participação social.

A integração das comunidades migrantes constitui outro fator essencial para a coesão social da região. A diversidade é uma das maiores riquezas da Área Metropolitana de Lisboa e deve ser valorizada através de políticas públicas que promovam a inclusão, combatam todas as formas de discriminação e reforcem os mecanismos de mediação intercultural e participação comunitária.

## **EIXO 4 – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E INOVAÇÃO**

### **Uma economia metropolitana competitiva**

A Área Metropolitana de Lisboa constitui o principal motor económico nacional, concentrando uma parte significativa da riqueza produzida em Portugal, bem como uma elevada proporção do emprego qualificado, da atividade exportadora e da capacidade científica e tecnológica.

A presença de universidades, centros de investigação, empresas inovadoras e infraestruturas estratégicas cria condições únicas para afirmar a região como uma das principais áreas metropolitanas europeias em matéria de inovação e competitividade. Contudo, persistem desafios relacionados com a produtividade, a valorização salarial, a qualificação dos trabalhadores e a distribuição territorial das oportunidades económicas.

### **Prioridades Estratégicas**

O fortalecimento da economia do conhecimento deve constituir uma prioridade permanente. A articulação entre universidades, centros de investigação e tecido empresarial deve ser aprofundada, permitindo **acelerar a transferência de conhecimento e a transformação da inovação científica em valor económico e social.**

A região deve continuar a afirmar-se como um território atrativo para o investimento nacional e internacional. Para tal, importa promover um ambiente favorável à atividade económica, reduzindo obstáculos burocráticos, reforçando a capacidade de atração de empresas inovadoras e **apostando nos setores estratégicos associados à transição digital e à economia verde.**

**A qualificação dos recursos humanos** continuará a ser determinante para a competitividade regional. Num contexto de rápidas transformações tecnológicas, torna-se essencial investir na formação contínua, na capacitação digital e na reconversão profissional, garantindo que trabalhadores e empresas dispõem das competências necessárias para responder aos desafios do futuro.

Ao mesmo tempo, **o crescimento económico deve traduzir-se numa melhoria efetiva das condições de vida das populações.** O desenvolvimento económico só será sustentável se for acompanhado por **maior inclusão social, valorização do trabalho, combate à precariedade** e criação de oportunidades para os jovens em todo o território metropolitano.

## EIXO 5 — SUSTENTABILIDADE E AÇÃO CLIMÁTICA

### A emergência climática

As alterações climáticas constituem um dos maiores desafios do nosso tempo e terão impactos particularmente relevantes nas grandes áreas metropolitanas. A subida das temperaturas, a ocorrência mais frequente de fenómenos meteorológicos extremos, a pressão sobre os recursos hídricos e a necessidade de reduzir emissões de gases com efeito de estufa exigem respostas estruturadas e de longo prazo.

O PS defende que a área urbana de Lisboa e a sua Área Metropolitana devem assumir uma posição de liderança na transição ecológica, conciliando desenvolvimento económico, qualidade de vida e proteção ambiental.

## **Prioridades Estratégicas**

A neutralidade carbónica deve orientar as políticas públicas metropolitanas nas próximas décadas. A redução das emissões passa necessariamente pela promoção do transporte coletivo, pela melhoria da eficiência energética dos edifícios e pela adoção de soluções mais sustentáveis nos diferentes setores de atividade.

A gestão eficiente dos recursos naturais deve igualmente assumir um papel central. A promoção da economia circular, a reutilização da água, a valorização de resíduos e a redução do desperdício constituem instrumentos fundamentais para garantir uma utilização mais sustentável dos recursos disponíveis.

Os espaços verdes desempenham uma função cada vez mais importante na qualidade ambiental e na adaptação climática das cidades. A criação de corredores verdes, o reforço da arborização urbana e a proteção da biodiversidade devem integrar uma visão metropolitana capaz de melhorar o conforto térmico, a saúde pública e a qualidade de vida das populações.

Paralelamente, importa preparar o território para os impactos inevitáveis das alterações climáticas. A prevenção de riscos, a proteção das zonas ribeirinhas e a implementação de estratégias de adaptação climática devem constituir prioridades permanentes da governação metropolitana, bem como o desenvolvimento de uma estratégia de ação metropolitana nos serviços públicos essenciais de gestão de resíduos e do ciclo urbano da água.

A adaptação climática é, no nosso território, uma política de coesão social: os territórios e as populações mais vulneráveis são sempre os mais afetados pelas cheias, ondas de calor, escassez hídrica, incêndios rurais nas zonas de interface e erosão costeira. A FAUL defende, neste domínio, a construção, em articulação com a CCDD-LVT e o ANEPC, de cartografia do risco atualizada e partilhada entre os municípios, com particular detalhe para as zonas ribeirinhas, de interface urbano-rural e de habitação precária; a aprovação de Planos Municipais de Adaptação Climática operacionais, atualizados, em todos os concelhos da federação, com financiamento e monitorização pública anual; a integração de infraestruturas verdes e azuis — corredores verdes,

zonas húmidas, bacias de retenção, coberturas verdes — nos instrumentos de gestão territorial como medidas estruturais de redução do risco de inundação e de atenuação do calor urbano; sistemas de alerta precoce, planos de evacuação testados e redes de apoio às populações idosas, com mobilidade reduzida ou em situação de isolamento, para eventos climáticos extremos; e uma política municipal de gestão eficiente da água, combatendo perdas nas redes, promovendo a reutilização de águas tratadas e preservando, no planeamento do uso do solo, as áreas de recarga dos aquíferos.

## **EIXO 6 — GOVERNAÇÃO METROPOLITANA**

### **Reforçar a capacidade de governação da AML**

Os principais desafios da região ultrapassam largamente as fronteiras administrativas dos municípios. Questões como a mobilidade, a habitação, o ambiente, a saúde pública ou o desenvolvimento económico e a gestão dos serviços públicos essenciais exigem respostas articuladas e uma visão estratégica de escala metropolitana.

A crescente interdependência entre os municípios torna evidente a necessidade de reforçar os instrumentos de coordenação institucional e de dotar a AML de maior capacidade de intervenção.

O reforço institucional da Área Metropolitana de Lisboa deve igualmente traduzir-se numa maior capacidade de representação externa e de afirmação política da região junto das entidades nacionais, europeias e internacionais. A AML deve ser reconhecida como um parceiro estratégico do Estado no desenho e execução de políticas públicas, dispondo de competências adequadas, meios técnicos especializados e um modelo de financiamento compatível com as responsabilidades que lhe são atribuídas.

Neste contexto, importa igualmente promover uma progressiva harmonização administrativa entre os dezoito municípios metropolitanos, reduzindo obstáculos burocráticos, simplificando procedimentos e criando condições para uma relação mais eficiente entre cidadãos, empresas e administração pública. A interoperabilidade digital e a partilha de serviços devem constituir instrumentos fundamentais desta estratégia.

### Prioridades Estratégicas

A Área Metropolitana de Lisboa deve assumir um **papel mais relevante no planeamento e coordenação das políticas públicas**. O reforço das suas competências permitirá desenvolver respostas mais eficazes para problemas que não podem ser resolvidos isoladamente por cada município.

Este reforço de responsabilidades deve ser acompanhado por um **modelo de financiamento adequado e sustentável**. A atribuição de novas competências sem os correspondentes recursos financeiros comprometeria a capacidade de execução e a eficácia das políticas metropolitanas.

A modernização administrativa constitui igualmente uma prioridade estratégica. A interoperabilidade digital entre entidades públicas, a simplificação de procedimentos e a partilha de serviços podem contribuir para uma administração mais eficiente, mais transparente e mais próxima dos cidadãos.

Por último, importa aprofundar a **cooperação institucional** entre todos os municípios da região e reforçar os mecanismos de articulação com o Governo, garantindo uma visão integrada para o desenvolvimento da área metropolitana.

## EIXO 7 — DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E PROXIMIDADE

### Reforçar a confiança democrática

As democracias contemporâneas enfrentam desafios complexos. O crescimento da desinformação, o aumento da abstenção, a emergência de movimentos populistas e a perceção de afastamento entre cidadãos e instituições colocam em causa a qualidade da participação democrática.

A resposta a estes desafios exige instituições mais abertas, mais transparentes e mais próximas das pessoas. Exige também uma cultura política baseada no diálogo, na prestação de contas e na participação cívica.

## **Prioridades Estratégicas**

A participação cidadã deve ser entendida como um elemento permanente da governação democrática e não apenas como um exercício pontual. O desenvolvimento de mecanismos participativos, incluindo orçamentos participativos, assembleias cidadãs e plataformas digitais de consulta, pode contribuir para aproximar os cidadãos dos processos de decisão.

O Partido Socialista deve igualmente reforçar a sua ligação à sociedade civil, promovendo o diálogo com associações, movimentos cívicos, instituições académicas, organizações sociais e agentes económicos. A construção de soluções para os problemas da região exige uma participação ampla e plural.

O combate ao populismo faz-se sobretudo através da qualidade da democracia. Mais transparência, maior proximidade, melhor comunicação pública e prestação regular de contas constituem instrumentos essenciais para reforçar a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

A democracia metropolitana do futuro deve ser mais participativa, mais inclusiva e mais próxima. Só assim será possível fortalecer a coesão social, combater a desinformação e garantir que os cidadãos se sentem parte integrante das decisões que moldam o futuro da sua região.

## **UMA AGENDA DE FUTURO - CONSTRUIR O PS DO FUTURO**

### **Uma agenda para o longo prazo**

A FAUL não governa apenas para o próximo congresso. Governa para o ciclo longo que se avizinha. Isso implica a realização de Estados Gerais da Área Federativa — um processo aberto de consulta e debate com militantes, simpatizantes, associações, académicos e cidadãos, para construir coletivamente as propostas do PS; a ativação de um Gabinete de Estudos Federativo, articulado com o Gabinete de Estudos Nacional, a Fundação Respublica e os centros de investigação da região, para produzir conhecimento ao serviço das políticas públicas municipais; a realização de Encontros sobre o Clima e o Digital, para aprofundar a compreensão dos militantes e autarcas sobre as transições gémeas e as suas implicações locais.

### **Uma FAUL que forma líderes**

Os partidos são as suas pessoas. A FAUL compromete-se a ser um espaço de formação de líderes — autarcas, deputados, dirigentes associativos, quadros técnicos — preparados para os desafios contemporâneos da governação pública. Isso exige investimento em formação, mentoria, oportunidades de participação e uma cultura interna de abertura e renovação.

## **CONSTRUIR A PRÓXIMA DÉCADA METROPOLITANA**

A região urbana de Lisboa enfrenta uma década decisiva. Os desafios que temos pela frente são exigentes e complexos, mas são igualmente uma oportunidade para afirmar um novo ciclo de desenvolvimento, mais equilibrado, mais sustentável e mais inclusivo.

A resposta aos problemas da habitação, da mobilidade, da saúde, das desigualdades sociais e da transição climática não pode resultar de abordagens fragmentadas nem de visões limitadas às fronteiras administrativas de cada município. A realidade metropolitana exige coordenação, planeamento estratégico e capacidade de construir soluções comuns.

É precisamente nesse contexto que a Federação da Área Urbana de Lisboa deve assumir um papel central. A FAUL deve ser um espaço de pensamento político, de inovação programática e de articulação territorial. Deve contribuir para aproximar o Partido Socialista das populações, reforçar a ligação à sociedade civil e afirmar uma visão moderna e ambiciosa para a região.

O Partido Socialista tem uma história profundamente ligada ao progresso democrático, à construção do Estado Social e à promoção da coesão territorial. Essa herança constitui uma responsabilidade acrescida num momento em que as democracias enfrentam novos desafios e em que muitos cidadãos procuram respostas concretas para problemas que afetam o seu quotidiano.

A nossa resposta deve assentar na proximidade, na credibilidade e na capacidade de concretização. Devemos ser capazes de ouvir mais, compreender melhor e agir com maior eficácia. Devemos continuar a afirmar os valores do socialismo democrático como instrumentos indispensáveis

para construir uma sociedade mais justa e mais solidária.

Queremos uma região onde os jovens possam construir o seu futuro, onde as famílias encontrem condições de vida dignas, onde os trabalhadores vejam valorizado o seu esforço, onde os idosos possam envelhecer com qualidade de vida e onde a diversidade seja encarada como uma força e não como uma divisão.

Queremos uma região que lidere a inovação, a sustentabilidade e a modernização do país, mas que nunca perca de vista a sua principal missão: melhorar a vida das pessoas.

Este é o compromisso que assumimos. UMA FAUL de CAUSAS!

Um compromisso com a justiça social.

Um compromisso com a coesão territorial.

Um compromisso com a sustentabilidade.

Um compromisso com a democracia.

Um compromisso com a Área Urbana de Lisboa e com todos aqueles que nela vivem, trabalham, estudam e constroem diariamente o seu futuro.

Porque acreditamos que uma região mais forte, mais justa e mais solidária é não apenas desejável, mas possível.

E porque acreditamos que o Partido Socialista deve continuar a ser a principal força política dessa transformação.

**POR UMA FAUL DE CAUSAS! Com as Pessoas, por um Território com Futuro!**

**UMA FAUL  
DE CAUSAS**

COM AS PESSOAS,  
POR UM TERRITÓRIO  
COM FUTURO.



**PSFAUL**

**Carla Tavares 2026**

Candidata a Presidente da Federação  
da Área Urbana de Lisboa